

**AS DISCUSSÕES EM TORNO DOS
RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA
AO FINAL DO ESTADO NOVO**

Francisco Luiz Corsi

TEXTO PARA DISCUSSÃO nº 41
julho/1994

**INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP**

ISSN 0103-9466

**AS DISCUSSÕES EM TORNO DOS
RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA
AO FINAL DO ESTADO NOVO**

Francisco Luiz Corsi (*)

(*) Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP

Instituto de Economia, agosto de 1994

**COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DE
ECONOMIA/UNICAMP**

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Maurício Chalfin Coutinho

Otaviano Canuto dos Santos Filho

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Paulo Roberto Davidoff Chagas Cruz (Coordenador)

FICHA CATALOGRÁFICA

Corsi, Francisco Luiz

As discussões em torno dos rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo/Francisco Luiz Corsi. - Campinas: UNICAMP/IE, 1994.

38 p. (Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 41)

1. Brasil - Condições econômicas - 1942-1945. I. Título. II. Série.

Exemplares avulsos poderão ser obtidos com Creuza A. Dias

INSTITUTO DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Comissão de Publicações

Caixa Postal 6135

13081-970 Campinas (SP)

f.: (0192) 39.8295

fax: (0192) 39.151

Preço/exemplar

Postagem

TOTAL

2 UFIR

1 UFIR

3 UFIR

AS DISCUSSÕES EM TORNO DOS RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA AO FINAL DO ESTADO NOVO*

Francisco Luiz Corsi**

Resumo

Este artigo consiste em uma tentativa de resgatar o papel das classes sociais na definição da política econômica. Discutimos os projetos esboçados para a economia brasileira ao final do Estado Novo. Um momento de crise política interna e de redefinição da ordem internacional, o que obrigava as classes a se posicionarem sobre os rumos da economia. O papel do Estado na economia, a relação com o capital estrangeiro, a questão do livre comércio, a questão do financiamento do desenvolvimento e a questão do planejamento econômico eram os pontos fundamentais em torno dos quais girava o debate à época e que examinaremos neste trabalho.

* Este artigo é um resumo dos capítulos VI, VII e VIII de minha dissertação de mestrado "Os rumos da economia brasileira no final do Estado Novo (1942-1945)", defendida no Instituto de Economia/UNICAMP em 1991 e orientada pelo Prof. Sérgio Silva.

** Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP.

1 INTRODUÇÃO

A maior parte dos estudos econômicos, políticos e históricos sobre as décadas de 1930 e 1940 ressaltam a importância do papel do Estado como agente modernizador e carro chefe das transformações sociais, políticas e econômicas que marcaram o período. "O Estado aparece como o sujeito histórico do Brasil."¹

O livro de Sônia M. Draibe, Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960, é um dos melhores exemplos desta visão. Neste texto a autora procura mostrar que o Estado levou a cabo um projeto industrializante adiante das classes, consideradas sem horizontes políticos de longo prazo. O Estado, não obstante ter sua autonomia limitada pelas "*mutantes correlações de forças que vão constituindo-se na política*", avança em relação às classes sociais no sentido de aprofundar a industrialização, priorizando os interesses comprometidos com a modernização capitalista.²

A ênfase dada ao Estado nesta interpretação acaba por relegar as classes a um plano secundário, com o que não concordamos. Neste artigo, seguindo os caminhos abertos por Eli Diniz,³ procuraremos mostrar a existência de diferentes projetos para a economia brasileira ao final do Estado Novo. Mais especificamente, centraremos as atenções em torno dos projetos das classes e facções de classe esboçados no período. Procuraremos explicitar as concepções acerca dos modelos de desenvolvimento para o pós-guerra, assim como o pensamento das classes dominantes quanto ao relacionamento com o capital estrangeiro.

Entretanto, é preciso ficar claro que não discordamos da ideia de que o Estado tem uma certa autonomia em relação às classes e que, no período em pauta, teve um papel de primeira grandeza como agente de profundas

¹ CHAUÍ, M. S e FRANCO, Maria S. C. (1978).

² DRAIBE, Sônia M. (1985).

³ DINIZ, Eli C. (1978).

transformações sociais, políticas e econômicas. Ao procurarmos resgatar o papel das classes na formulação da política econômica, visamos discutir as relações entre as classes e o Estado.

2 A CRISE DO ESTADO NOVO

A crise do Estado Novo estava intimamente relacionada com a situação internacional. A entrada do Brasil na Segunda Guerra acarretou o definitivo alinhamento do governo Vargas aos EUA. Tal alinhamento, como mostrou Gerson Moura, foi um processo que teve início com a Missão Osvaldo Aranha a Washington, em princípios de 1939, e que culminou com a declaração de guerra à Alemanha e à Itália em agosto de 1942. Isso significou o fim de uma curta fase (1934-1939) na qual o governo brasileiro procurou imprimir uma política externa mais independente, tornada possível pelo acirramento das disputas interimperialistas. Com o encaminhamento dessas disputas para o conflito aberto, reduziram-se os espaços de manobra de Vargas, obrigando-o a abandonar sua política mais autônoma.⁴

O alinhamento do Brasil aos EUA abriu nova fase no Estado Novo, ao introduzir uma contradição no âmago do regime, qual seja: uma ditadura apoiar as democracias na luta contra o nazifascismo, o que acabaria por ser um dos principais determinantes da queda do Estado Novo três anos mais tarde. Isto, além de obrigar o alinhamento dos setores mais identificados com o fascismo do governo, abriu espaço para o crescimento das oposições.

As fissuras no até então aparente bloco monolítico que era o Estado Novo fizeram-se visíveis a partir de julho de 1942, quando as divergências no interior do governo, restritas até aquele momento aos bastidores, apareceram claramente na crise ministerial daquele mês, que acabou resultando em uma

⁴ MOURA, Gerson (1981).

reformulação do ministério e no afastamento de setores mais à direita do governo. O afastamento desses setores e o fortalecimento da linha pró EUA acabaram por consolidar a política de aproximação aos Aliados. Paralelamente, foi crescendo, junto a amplos setores da opinião pública, um sentimento de simpatia e de apoio à causa aliada, que tinha no movimento estudantil seu mais importante espaço de expressão. Os movimentos e manifestações pela entrada do Brasil na guerra logo desdobraram-se em movimentos de contestação à ditadura. De início, de maneira desarticulada e relativamente restrita, mas à medida que a guerra avançava, estes movimentos foram ganhando espaço. A partir do Manifesto dos Mineiros (outubro de 1943), setores cada vez mais importantes das classes dominantes também passaram a contestar o regime.⁵

Contudo, até 1944 as forças oposicionistas mostraram-se incapazes de por fim ao regime autoritário, seja devido às suas próprias fraquezas e à intensa repressão, seja ao próprio estado de guerra habilmente utilizado por Vargas para aglutinar as massas populares em torno de seu governo. A questão da unidade nacional passou a ser um dos pontos centrais dos discursos de Vargas. A própria permanência do regime em certo sentido, era justificada em nome da guerra e da conseqüente necessidade de união de todos os brasileiros.⁶

Fortes indícios sugerem que, desde 1943, o governo Vargas já tinha claro a impossibilidade de continuidade da ditadura e, desta forma, procurou criar as bases de um esquema de poder que sobrevivesse ao ocaso do Estado Novo. Com o lento afastamento de setores das classes dominantes, Vargas procurou forjar um novo esquema de poder assentado, em boa medida, no apoio das massas trabalhadoras, transformando o difuso apoio das massas em mobilização, controlada, evidentemente, com vistas à defesa de um programa calcado na justiça social e no desenvolvimento econômico.

⁵ CARONE, Edgard (1976, p. 285-319).

⁶ FONSECA, Pedro César Dutra (1987).

Os anos de 1943 e, principalmente, 1944 marcaram uma mudança na política trabalhista de Vargas, caracterizada até esse momento, entre outros aspectos, por privilegiar o controle do movimento operário. A partir desse momento, Vargas passou a enfatizar a mobilização e o caráter social e redistributivista da legislação trabalhista.⁷ Em maio de 1943, foi anunciada a Consolidação das Leis do Trabalho. No primeiro semestre deste ano o governo adotou o congelamento de aluguéis e o tabelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade. Estas medidas foram amplamente exploradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no sentido de colocar Vargas como "Pai dos Pobres". Em fins de 1943, foi decretado um aumento geral de 30% do salário mínimo. Vargas, concomitantemente, passou a incentivar a sindicalização em massa. Nos discursos de 1^o de maio de 1943 e de 1944 conclamou os trabalhadores a sindicalizarem-se.

A postura mais claramente populista assumida por Vargas articulava-se com um certo aprofundamento de suas posições nacionalistas e desenvolvimentistas. Em seus discursos nota-se uma intensificação de temas nacionalistas, como, por exemplo, a questão da independência nacional.

O desenvolvimento econômico era colocado como condição necessária e suficiente para alcançar a independência e propiciar um bom nível de vida aos trabalhadores. O discurso o coloca como peça-chave para a resolução dos problemas nacionais, ponto que deveria a todos congregar, ou seja, o desenvolvimento calcado na indústria identificava-se com os interesses do conjunto das classes sociais e consistiria, desta maneira, no verdadeiro interesse nacional.

A aproximação com a classe trabalhadora e a abordagem mais freqüente de temas nacionalistas parecem indicar que o governo Vargas pretendia sobreviver a partir da radicalização do projeto de desenvolvimento e da ampliação

⁷ FONSECA, Pedro César Dutra (1987).

de sua base de sustentação. Desenvolvimento econômico, redentor de problemas sociais e econômicos, e mobilização dos trabalhadores sob seu controle seriam a maneira de Vargas conduzir a democratização do país. Mas o projeto de desenvolvimento do Estado Novo nem de longe contemplava um programa consistente de gastos sociais e também é bastante discutível, como mostrou Francisco de Oliveira, que a legislação trabalhista tivesse um caráter distributivista da renda.⁸ Este projeto visava, sobretudo, propiciar um salto qualitativo na industrialização.

Contudo, a tentativa de Vargas de conduzir a democratização e de permanecer no poder fracassou. A partir de princípios de 1944 acelerou-se o processo de crise do Estado Novo, que tinha até então conseguido resistir ao impacto por mudanças, não obstante as pressões internas e externas neste sentido. Com a aproximação do fim da guerra, a questão da democracia estava na ordem do dia em nível internacional. Esta questão era, como já mencionamos, particularmente importante para o Brasil - um país cujo regime político era uma ditadura -, que vinha alinhando-se às democracias na luta contra o fascismo. Contradição evidente, mais evidente ainda, com o envio à Europa de uma força expedicionária. Este processo, que não caberia aqui discutirmos, culminou com a queda de Vargas em outubro de 1945.

Neste contexto de crise a política econômica do Estado Novo passou a ser crescentemente questionada. Os setores liberais que vinham ganhando espaço a partir de 1944 centravam suas críticas no excesso de intervenção do Estado na economia e no caráter expansivo das políticas monetária e creditícia. Os setores das classes dominantes vinculados à industrialização e que apoiavam Vargas, em particular a burguesia industrial, não obstante o empenho do governo em fomentar o desenvolvimento, estavam descontentes com a relativamente pequena participação que tinham na formulação da política econômica e na incapacidade

⁸ OLIVEIRA, Francisco de (1981).

desta em enfrentar eficazmente um conjunto de problemas que obstaculizavam o crescimento da economia.

Apesar da economia ter voltado a crescer em 1943, depois de uma fase de relativa estagnação,⁹ os problemas pareciam avolumar-se rapidamente. O parque industrial encontrava-se obsoleto e desgastado. A infra-estrutura, principalmente nos setores de transporte e de energia, estava defasada ante as necessidades do país. O setor financeiro apesar de ter crescido durante os anos de guerra não respondia a contento às necessidades de financiamento da indústria e da agricultura. Esta última ainda se via às voltas com os problemas decorrentes da crise dos anos 30. Em consequência deste e de outros problemas, verificou-se no período um preocupante incremento da inflação, que chegou a 19% em 1943, número bastante expressivo para a época.

A política econômica do Estado Novo, embora tenha procurado enfrentar esses problemas, não conseguiu resolvê-los. A inflação permaneceu em patamares elevados. Uma avaliação do programa industrializante do governo Vargas mostra que os resultados foram poucos. Dos principais projetos, o único a obter pleno êxito foi a construção da Usina de Volta Redonda. Os outros frustraram-se ou foram apenas parcialmente implementados. A fábrica de aviões fracassou. A Fábrica Nacional de Motores de Aviões acabou especializando-se, posteriormente, na produção de caminhões e de automóveis. A Cia. Nacional de Alcalis até o final da década de 1940 parece não ter iniciado a produção. A Cia. Vale do Rio Doce começou a exportar minérios em larga escala somente após

⁹ Durante os anos de guerra, a economia apresentou duas fases bem nítidas. Uma de 1939 a 1942, caracterizada pela estagnação da atividade econômica, e outra, de 1943 a 1945, marcada por uma forte expansão dos negócios. Na primeira fase o PIB praticamente não cresceu; de CR\$47,5 bilhões em 1939 passou para CR\$48,0 bilhões (cruzeiros de 1939) três anos mais tarde, sendo decisivo para essa performance o reduzido incremento da produção industrial. A partir de 1943, este quadro mudou substancialmente: o PIB cresceu cerca de 11% até 1945, ressaltando-se o crescimento da indústria que ficou ao redor de 9,8% ao ano. A produção agrícola cresceu 7% em 1943 e modestos 2,4% no ano seguinte, apresentando um crescimento negativo em 1942. Os demais setores tiveram um desempenho satisfatório. Malam, Pedro e outros (1977, p. 422-428).

1945. No setor de transporte os esforços no sentido de expandir, melhorar e integrar os sistemas ferroviário e rodoviário tiveram resultados pouco expressivos. O setor de energia apresentou um crescimento insuficiente.

As tentativas de realizar um planejamento global da economia também não podem ser consideradas um sucesso. Na verdade tanto o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa (1939) quanto o Plano de Obras e Equipamentos (1943) não passavam de orçamentos de investimentos da União. A inexistência de órgãos de controle e acompanhamento dos projetos, a liberação de verbas em parcelas iguais e não de acordo com as necessidades dos projetos, etc., contribuíram para descaracterizar esses planos de desenvolvimento.

A superação destes e de outros problemas da economia brasileira estavam na ordem do dia ao final da guerra. As questões se complicavam ainda mais com a redefinição das relações internacionais então em curso.

Desde princípios de 1943, quando da virada da guerra a favor dos Aliados, EUA e Grã Bretanha começaram a pensar na reorganização da economia mundial. Este processo de discussão, liderado pelos EUA, como é bem conhecido, culminou com a conferência de Bretton Woods, de onde saíram o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento. As questões-chave para tal reorganização naquele momento consistiam na definição do padrão monetário internacional e no problema do equilíbrio do comércio mundial, o que implicava em mecanismos de ajustes da balança de pagamentos e das taxas de câmbio.¹⁰

Do ponto de vista do Brasil, o que estava em jogo era a maneira pela qual se daria a rearticulação do país na economia mundial, que começava a ser redesenhada depois da ruptura da velha ordem internacional em decorrência da crise dos anos 30 e da Segunda Guerra. Voltava a discussão sobre a participação do capital estrangeiro na economia, as barreiras alfandegárias, os acordos

¹⁰ LICHLENSZTEIN, Samuel e BAER, Mônica (1987).

comerciais, o nível da taxa de câmbio, etc. - questões vitais para o país, em especial para a burguesia industrial.

A sobreposição de problemas internos com a reorganização da economia mundial teve por consequência abrir, entre 1943 e 1945, um intenso debate acerca dos rumos da economia e da política econômica, que passaremos a discutir a seguir.

3 O I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

O primeiro grande momento de debate da política econômica foi o I Congresso de Economia realizado no Rio de Janeiro entre 25 de novembro e 18 dezembro de 1943. O Congresso foi organizado com o objetivo de discutir o futuro da economia brasileira e a política econômica mais adequada ao país. Apesar de seus organizadores terem procurado torná-lo um evento representativo do pensamento e dos interesses do conjunto das classes dominantes, ele representava sobretudo os setores mais vinculados com o rápido crescimento da economia urbano-industrial então em curso.

As entidades ligadas à indústria e ao comércio dominaram o Congresso, que teve uma parca representação de setores ligados à agricultura, tanto é que as propostas de políticas agrícolas foram elaboradas por técnicos da FIESP. É significativa a ausência dos setores cafeeiro e algodoeiro. O estudo das atas das reuniões, das resoluções e da cobertura da imprensa mostra a larga influência do setor industrial capitaneado por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Mas, também, é importante assinalar o papel de João Dault d'Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e um dos principais articuladores do Congresso, no apoio às propostas dos industriais, o que indica que parte da burguesia comercial apoiava uma política favorável à industrialização.¹¹

¹¹ CORSI, Francisco L. (1991, p. 129-161).

O discurso de João Dault d'Oliveira na abertura dos trabalhos é esclarecedor: *"é sentimento nacional a reforma social fundada na proteção eficaz do indivíduo. Ela não passa de logomaquia, porém sem o aumento da renda nacional. Jamais será alcançada se predominarem a atividade agrícola e a produção de matérias primas, como formas fundamentais à vida econômica do nosso povo. Daí tiremos um rumo preciso, claro, insofismável, a que não poderá deixar de estar vinculada qualquer política econômica brasileira no futuro: a industrialização do país"*.¹²

O predomínio destes setores obviamente se refletiu nas propostas do Congresso, que expressavam os traços gerais de uma política industrial. O documento final do congresso tinha cerca de 260 recomendações sobre quase todos os problemas da economia brasileira. O eixo das propostas consistia no desenvolvimento industrial. A esse respeito era advogada uma política tarifária protecionista, a criação de um banco que financiasse investimentos industriais, políticas monetária e fiscal que não causassem recessão, uma política de incentivo à criação de indústrias de base, uma política de desenvolvimento da infraestrutura, uma política de atração de capitais estrangeiros e medidas que melhorassem a qualidade da força de trabalho. No tocante à agricultura, propunha um conjunto de medidas visando aumentar a produção de alimentos e de matérias primas, entre elas a criação de um banco agrícola, a introdução de uma política de preços mínimos e um programa de construção de armazéns. Cabe, também, destacar as propostas de criação de organismos corporativos de planejamento, tanto para a indústria como para a agricultura.¹³

O I Congresso de Economia não chegou a formular propostas detalhadas, embora em relação a alguns pontos tenha proposto medidas particulares. Mas o objetivo do evento não era elaborar tais propostas. Isto caberia, segundo os congressistas, ao recém criado Conselho Nacional de Política

¹² Congresso Brasileiro de Economia (1943, v. 1, p. 67).

¹³ CORSI, Francisco L. (1991, p. 139-141).

Industrial e Comercial (CNPIC). As propostas do Congresso serviriam de subsídios a este órgão.

Fugiria aos limites deste artigo apresentar uma análise detalhada de todas as recomendações e propostas do I Congresso de Economia. Pretendemos apenas discutir os pontos que nos parecem mais polêmicos, quais sejam: o papel do Estado na economia, a inserção do Brasil na nova situação internacional e os objetivos e as articulações mais gerais que estavam por trás do evento.

A recomendação geral quanto ao papel do Estado na economia estabelecia que este teria uma ação suplementar à iniciativa privada, sobretudo indireta (facilidades creditícias, isenções fiscais, etc.). A ação direta seria aceita apenas em casos especiais e de interesse nacional. É óbvio estar esta recomendação tentando limitar o campo de atuação do Estado.

No entanto, outras recomendações assinalam sem maiores restrições a participação direta do Estado na economia. A recomendação de nº 5, por exemplo, indica que o Estado deveria assumir a construção de usinas hidrelétricas quando a iniciativa privada não se mostrasse capaz de fazê-lo. A de nº 41 recomenda ao Estado desenvolver os transportes existentes. A recomendação de nº 72 diz: *"Que se sugira ao Governo Federal a conveniência de serem as indústrias básicas organizadas, na falta de iniciativas particulares, com participação do Estado ou com o seu amparo"*.¹⁴

Este ponto parece ter gerado muitas polêmicas, tanto na comissão "Atividades Econômicas do Estado", onde foram apresentadas teses que defendiam desde ampla participação do Estado na economia até um Estado o mais "possível abstencionista", quanto no plenário. O fulcro da questão residia no grau da intervenção do Estado na economia. A partir das atas dos debates fica claro que o grosso dos representantes das diferentes facções da burguesia era a favor de

¹⁴ CORSI, Francisco L. (1991, p. 141).

uma ação supletiva e indireta do Estado, enquanto algumas lideranças defendiam uma atuação mais abrangente.

O fato de constar nas resoluções finais recomendações que limitavam rigidamente a ação do Estado na economia, concomitantemente com outras que sugeriam uma intervenção mais direta, reflete uma certa dubiedade da burguesia. De um lado, indica ser a burguesia brasileira razoavelmente pragmática, não se prendendo muito a princípios quando interesses concretos estão em jogo. Reflete, também, a falta de consenso quanto a este ponto.

A carência de capitais para levar a cabo o desenvolvimento econômico parece ser a causa básica de setores da burguesia defenderem a presença do Estado na economia. A burguesia reconhecia sua fraqueza. Isto também fica bastante claro na sua posição acerca da participação do capital estrangeiro na economia do país. A necessidade deste capital era assim justificada: "*Que exíguo capital existente no Brasil está em evidente desproporção com as exigências da nossa economia e com os imperativos decorrentes da posse de imenso território despovoado e inculto(...) Estamos diariamente verificando na prática se há necessidade absoluta desse capital estrangeiro*".¹⁵

As resoluções do Congresso sobre o capital estrangeiro apontavam a grande importância de sua participação no desenvolvimento do país. Parecia reinar um consenso no plenário segundo o qual o capital estrangeiro deveria dirigir-se à produção; só nestas circunstâncias era este bem vindo ao Brasil. O Congresso de Economia aprovou sugestão de uma política de atração de capitais, baseada fundamentalmente na liberdade cambial para as transferências ao exterior.

Entretanto, a posição de destacados setores da burguesia em relação ao capital externo não era tão tranqüila quanto faz crer a proposição geral acima mencionada. Fica isto evidente nas discussões referentes à exploração dos

¹⁵ Congresso Brasileiro de Economia (1944, v. 2, p. 509).

recursos minerais, à política tarifária e à inserção do Brasil na nova ordem internacional, vislumbrada para o imediato pós-guerra.

Em relação à exploração dos recursos minerais, o Congresso mostrou-se bastante dividido quanto a participação de capital externo. Basicamente, três posições afloraram nos debates. Uma, apresentada por um diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro, criticava abertamente o Código de Minas, defendendo total liberdade para o capital estrangeiro explorar os recursos naturais do país, pois a falta de capitais estaria impedindo o desenvolvimento do setor. Outra, defendida por setores ligados a burocracia do Estado e a burguesia comercial, advogava a manutenção das restrições contidas na legislação em vigor. Isto seria fundamental para assegurar não só o desenvolvimento do setor como a soberania nacional, que requereria para ser uma realidade efetiva, entre outros pontos, assegurar o controle de recursos considerados estratégicos. Por fim, uma posição que defendia a participação minoritária de capital externo nos setores até então vetados pela legislação nacionalista. Esta posição congregava representantes da indústria, do comércio, da burocracia e da agricultura.¹⁶

A posição vitoriosa foi a que pregava a flexibilização do Código de Minas. Em torno desta posição, liderados por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, encontramos um conjunto de setores que estiveram juntos nas mais importantes votações do Congresso. Estes setores, em particular a burguesia industrial, ao mesmo tempo que defendiam uma ampla participação do capital estrangeiro na economia nacional, procuravam definir os espaços que caberiam ao capital nacional e ao estrangeiro. Ou seja, o controle da economia brasileira deveria ficar nas mãos do capital nativo.

Esta preocupação de delimitar espaços fica evidente na proposta de revisão tarifária, que deveria aumentar os impostos sobre produtos já produzidos internamente e diminuir os cobrados sobre máquinas e equipamentos, pois

¹⁶ CORSI, Francisco L. (1991, p. 148-152).

tratava-se de garantir o desenvolvimento da produção industrial do país, cujas indústrias não tinham condições de concorrer com a produção estrangeira.

Um episódio, ocorrido quando da discussão de uma proposta da FIESP de implementar medidas anti-"trust" revela o receio da burguesia quanto ao poder do capital estrangeiro. Roberto Simonsen, um ardoroso defensor desta proposta, justificava-a argumentando que *"logo depois da guerra (...) grandes capitais estrangeiros queiram montar fábricas em nosso país. Seria justo que favorecessemos o esmagamento das 85.000 fábricas brasileiras"*.¹⁷ Não por acaso a recomendação de nº 184 - *"será impedida a formação de 'trust'"* - saiu no capítulo "Planos Internacionais e de Caráter Social" das resoluções finais do Congresso.

O esforço de delimitar espaços e definir relacionamentos também aparece de maneira clara nas discussões acerca da inserção do Brasil no novo contexto internacional. Acerca deste ponto, a discussão girou em torno do caráter das negociações então em curso a respeito da reorganização da economia mundial no pós-guerra, mais especificamente sobre os planos Keynes e White, que, segundo alguns congressistas mais próximos à indústria, se preocupariam apenas com problemas relacionados à estabilidade financeira e ao livre comércio, deixando de lado os problemas ligados ao desenvolvimento econômico.

As discussões em plenário foram acirradas, pois nem todos concordavam com essa avaliação. Alguns congressistas, ligados a organismos estatais (Banco do Brasil, Ministério da Fazenda e Estrada de Ferro Brasil Central), consideravam não ser verdade que as questões relacionadas aos problemas dos países pobres ficassem em segundo plano na reorganização da economia mundial. Para eles a Inglaterra e os EUA preocupavam-se com esses problemas, inclusive esperavam um fluxo de capitais para os países não desenvolvidos.

¹⁷ Congresso Brasileiro de Economia (1944, v. 2, p. 497).

Os congressistas tinham claro que as relações internacionais no pós-guerra pautariam-se por uma intensa interdependência entre as nações, ou seja, as tendências à autarquia e as elevadas barreiras protecionistas, que vigoraram desde 1930, tenderiam a se enfraquecer. Estava claro o início de uma nova fase nas relações internacionais.

A preocupação dos setores vinculados à industrialização era a de assegurar espaço para o desenvolvimento industrial do Brasil. Consideravam isto possível desde que seguida uma política orientada pelos interesses nacionais. Portanto, o que de fato estava em discussão era a questão do livre comércio. A seguinte passagem de Luiz Rollemberg é esclarecedora: *"Verificamos que agora se vai de maneira definitiva, afirmando a tendência dos países industrializados (...) que tem maior interesse na manutenção de assuntos de ordem financeira, no sentido de desenvolverem a política de livre cambismo, suscetível de dar plena expansão às suas riquezas exportáveis, enquanto aqueles outros países cujas economias ainda estão em evolução têm de apelar (...) para a manutenção do protecionismo (...). Devemos ainda acentuar que o Plano White e Keynes aqui lembrados, tendem através de empréstimos para a estabilização e a cobertura de possíveis déficits da balança comercial a reforçar mais ainda essa política de colonialismo econômico, sob a qual tem vivido as nações"*.¹⁸

O temor dos empresários era a liberalização das importações no pós-guerra, dado que o crescente volume de reservas permitiria uma verdadeira enxurrada de importações, o que poderia esmagar a indústria nacional. Esta preocupação era comungada pelo governo, que procurou implementar medidas (controle de importações, certificados de equipamento, etc.) visando canalizar as reservas acumuladas para o desenvolvimento industrial.

As resoluções do Congresso seguiram a linha da burguesia industrial, procurando definir uma linha de política externa coerente com o objetivo de

¹⁸ Congresso Brasileiro de Economia (1944, v. 2, p. 584).

industrializar o país. A proposta de uma política aduaneira protecionista, a proposta de revisão dos tratados comerciais firmados com base no livre comércio, a proposta de ampliar os mercados externos e a proposta de atrair capital estrangeiro denotam as intenções desses setores neste sentido. Atrair capital estrangeiro não era contraditório com as outras propostas, pois este viria para incrementar a produção e a política econômica seria definida a partir do interesse nacional.

Para esses setores o interesse nacional identificava-se com a industrialização. O argumento para essa identificação residia na idéia segundo a qual um país, cuja economia funda-se sobretudo na agricultura e em atividades extrativas, não seria capaz de fornecer um nível de vida "condignamente civilizado a seus cidadãos". Este parece ser o argumento mais forte utilizado para justificar a industrialização, que beneficiaria o conjunto da população e que, portanto, passaria a ser legitimamente considerada uma necessidade nacional. Desta forma, o empresariado procurava justificar ideologicamente a política industrializante.

No entanto, as discussões e as resoluções do Congresso de Economia foram extremamente pobres acerca de propostas visando melhorar o nível de vida e a distribuição da renda. Mas para os empresários isto não representava qualquer contradição, pois a melhora da situação da população decorreria, de maneira praticamente automática, do aumento do emprego e dos salários e da qualificação da força de trabalho advindos da industrialização. O problema da pobreza seria resolvido por mecanismos de mercado e não por políticas específicas. À época não era evidente o quão falacioso era esse argumento.

Ao traçar as linhas gerais de uma política centrada na industrialização e procurar identificá-la com o interesse nacional, parece que os setores vinculados à indústria estavam tentando ampliar sua influência na formulação da política econômica. A questão é entender o porquê da realização de um congresso de economia naquele momento.

O Congresso de Economia não visava criticar a política econômica do governo Vargas. Pelo contrário, as manifestações de apoio a ela foram enfáticas, pois era claramente industrializante. Suas resoluções iam no sentido de aprofundar esta política. Mas o Congresso não foi organizado para ratificar a política do governo. Foi, tudo indica, um momento de uma articulação mais ampla dos setores das classes dominantes vinculados à industrialização, que visava influir mais diretamente na formulação da política econômica. Não por acaso, o Congresso realizou-se logo após a criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), concebido pelos empresários como órgão formulador da política econômica. Este organismo recebeu rasgados elogios tanto nos discursos quanto nas discussões em plenário. Além disso, o Congresso servira, obviamente, como instrumento de propaganda das posições do empresariado e como uma maneira de ampliar as discussões, restritas até então aos grandes empresários, para o conjunto das classes dominantes.

4 AS DISCUSSÕES NO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL

O CNPIC surgiu a 10 de novembro de 1943, a partir de articulações no âmbito do Ministério do Trabalho. Este órgão foi criado devido às pressões da burguesia industrial, que contava com o apoio de setores da burguesia comercial representados por João Dault d'Oliveira, com o objetivo de ser um instrumento através do qual estes setores poderiam participar diretamente da definição da política econômica.¹⁹ Suas atribuições eram bastante amplas; iam desde um abrangente planejamento da economia brasileira até o estabelecimento das normas de políticas industrial e comercial, passando pelas providências concernentes à fundação de indústrias de base.²⁰

¹⁹ DINIZ, Eli C. (1978, p. 204).

²⁰ CORSI, Francisco L. (1991, p. 161-162).

A composição do Conselho revela sua origem e objetivo. Dele participavam as grandes lideranças das burguesias industrial e comercial comprometidas com o avanço da industrialização. *"Excetuando-se os quatro representantes dos Ministérios, a maior parte dos conselheiros tinha ligações com a indústria ou o comércio, observando-se uma posição comum de apoio à idéia de planificação"*.²¹

As atribuições do CNPIC, ao conferirem-lhe praticamente a condição de órgão formulador da política econômica, superpunham-no a outros organismos do Estado, em particular ao Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Isto, como era de se esperar, gerou atritos dentro e fora do governo. Desde a sua criação, o CNPIC gerou polêmica. As críticas vieram de vários lados. Osvaldo Aranha, em carta a Vargas, contestava a criação do CNPIC, alegando superposição de atribuições com o CFCE, com o Conselho de Imigração e com o Itamarati. O CFCE procurou esvaziar o CNPIC, criando várias comissões setoriais de planejamento. Setores das burguesias comercial e agrária vinculados ao comércio de importação e exportação e ao capital estrangeiro também voltaram suas baterias contra o CNPIC. Ao longo de 1944 e início de 1945, as propostas de planejamento econômico elaboradas por este órgão ocuparam o epicentro de um acirrado debate acerca dos rumos da economia brasileira. Antes de analisarmos este debate, cabe discutir essas propostas.

De abril a outubro de 1944, o CNPIC elaborou uma proposta de criação de um órgão capaz de realizar um abrangente planejamento da economia brasileira. As propostas iniciais não versavam sobre projetos específicos, pois era preciso primeiro discutir as condições institucionais do planejamento. Desta maneira, o que estava de fato em discussão era a aceitação ou não do planejamento como caminho para enfrentar os problemas da economia e as formas

²¹ DINIZ, Eli C. (1978, p. 205).

de viabilizá-lo. Ou seja, o objetivo preliminar era criar o arcabouço institucional que o levasse a cabo.

Ficou a cargo de Roberto Simonsen, o principal articulador do CNPIC, a tarefa de elaborar um parecer que justificasse a necessidade de um amplo planejamento econômico e que especificasse a organização do órgão planejador. A análise de Simonsen partia da constatação da pobreza do país, evidente pelo baixo nível de vida da maior parte de sua população. Creditava essa situação, em grande medida, à base fundamentalmente agrária da economia brasileira. Não obstante o crescimento econômico à época, em particular do setor industrial, considerava viver o país uma fase de estagnação.²²

A partir deste diagnóstico, Simonsen propunha a planificação global da economia. Esta seria a única forma capaz de elevar, em um curto espaço de tempo, em 4 ou 5 vezes a renda nacional, propiciando assim um nível de vida para a população compatível com a dignidade do homem. O cerne do planejamento seria o fomento à industrialização, pois só com o seu avanço conseguiríamos incrementar a renda nacional. Isto porque não seria possível aumentar as exportações em nível suficiente para assegurar um crescimento acelerado da economia. As condições do mercado externo não eram favoráveis; além do que, nos últimos anos, enquanto a indústria crescia e puxava a economia, a agricultura permanecia praticamente estagnada. Porém, esta não deveria ser deixada de lado, muito pelo contrário, propunha modernizá-la e elevar sua produção.

Industrializar o país e elevar o nível de vida do povo não seria possível "pelos meios clássicos"; leia-se sem intervenção do Estado na economia. Simonsen tinha perspicaz compreensão das condições de desenvolvimento de um país de capitalismo tardio. A fragilidade da burguesia a impedia de levar a cabo, sozinha, a empreitada da industrialização. A ação do Estado na economia seria

²² A Planificação da Economia Nacional (1945) e CORSI, Francisco L. (1991, p. 169-171).

fundamental para avançar o processo. As formas e o grau da intervenção do Estado, segundo sua proposta de planejamento, seriam determinados por um órgão planejador, no qual os empresários de todos os setores estariam amplamente representados. Através desse órgão corporativo, que na sua proposta era o próprio CNPIC, os empresários controlariam mais de perto a política econômica, sem qualquer interferência de outros setores sociais, bem ao estilo do corporativismo do Estado Novo.

Outro ponto importante da proposta de Simonsen consistia na adoção de uma rígida política protecionista. Esta seria necessária enquanto não se completasse o processo de industrialização, pois a indústria nacional não deveria ser "perturbada" pela concorrência antes de estar consolidada. Isto, porém, não significava uma proposta de desenvolvimento capitalista autônomo, ou qualquer coisa parecida, dado que o capital estrangeiro desempenhava um papel fundamental em sua proposta. O esquema de financiamento proposto previa que 50% dos Cr\$ 100 bilhões estimados para concretizar o plano seriam obtidos através de empréstimos externos junto ao governo norte-americano.

Enfim, o planejamento global da economia proposto por Simonsen consistia em uma tentativa de formular as bases para uma clara política industrial. Política esta que almejava ter caráter nacional, mesmo sem ter uma proposta de gastos sociais. Voltava-se, inteiramente, para a acumulação de capital.

O parecer de Simonsen foi discutido nas reuniões de agosto e setembro do Conselho. Não obstante certa divergência quanto a amplitude da intervenção do Estado na Economia, o princípio do planejamento como forma de avançar o processo de desenvolvimento foi aprovado. Outro ponto de consenso referia-se ao papel do capital estrangeiro no financiamento do plano. Lendo-se as atas parece que, à época, existiam fortes expectativas quanto a entrada maciça de capitais assim que a guerra terminasse. Esperava-se obter dos EUA empréstimos de longo prazo de cerca de US\$ 4 bilhões que, somados às disponibilidades internas, seriam suficientes para financiar o planejamento da economia. Observa-se um

excesso de otimismo quanto a este ponto de suma importância para a viabilização do plano. A única divergência residia na forma dos empréstimos externos. Simonsen advogava empréstimos de governo a governo, nos moldes do *lend lease* - forma de empréstimo utilizada pelos EUA para financiar compras de armas pelos seus aliados a juros baixos e prazos dilatados -, enquanto outros conselheiros, como Ari Torres, defendiam empréstimos junto ao mercado financeiro norte-americano. A preferência por empréstimos se devia ao fato de permitir um maior controle da economia brasileira por nacionais.

As reuniões não avançaram no que se refere à questão do organograma institucional do planejamento, apesar de três esquemas de organismos terem sido apresentados. Delinearam-se duas posições no plenário. Uma, defendida por Simonsen e Euvaldo Lodi entre outros, advogava que os organismos responsáveis pelo planejamento deveriam ser definidos imediatamente. Defendiam que o próprio CNPIC fosse o órgão coordenador do plano, bastando assim criar comissões auxiliares que levassem a cabo os estudos para a elaboração dos projetos e acompanhassem a execução do plano. A outra posição defendida por San Tiago Dantas e João Dault d'Oliveira, apesar de também considerar urgente a implantação de uma clara política pró-industrialização, achava prematuro definir um esquema completo dos órgãos que elaborariam e executariam o plano. Segundo eles, seria melhor organizar de imediato uma comissão, que ficaria responsável por estudar melhor o assunto e elaborar um esquema definitivo. Estas divergências impediram que fosse aprovado qualquer dos planos apresentados.

Para superar o impasse, foi criada dentro do próprio Conselho uma comissão com o objetivo de chegar a uma decisão sobre o assunto. Em linhas gerais, o seu relatório reproduzia o parecer de Simonsen. Quanto ao esquema de planejamento, o relatório procurou contemplar todas as posições. O esquema de planejamento apresentado na forma de um anteprojeto de lei era bastante simples; estabelecia um gabinete de organização do plano, presidido pelo Presidente da República, como órgão central, uma junta central de planificação responsável pela

execução do plano e mais três comissões (de Estudo, de Execução e do Plano). O anteprojeto também deixava claro que a questão em discussão não era uma proposta específica de planejamento, mas sim a organização do seu arcabouço institucional. Observa-se nesta proposta que o caráter corporativo da proposta inicial de Simonsen aparece bem atenuado. Este projeto foi enviado a Vargas com a esperança de uma rápida aprovação.

5 A POLÊMICA ENTRE SIMONSEN E GUDIN

A proposta do CNPIC não foi aprovada por Vargas. Este a enviou à Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Fortes indícios sugerem que esta comissão foi criada justamente para barrar as pretensões dos setores das burguesias industrial e comercial que queriam influir de forma mais abrangente na determinação da política econômica. Apesar de ter sido criada em março de 1944, a CPE só foi instalada em princípios de outubro, quando os trabalhos do CNPIC estavam chegando ao fim. Na prática, as únicas atividades que realizou foram a análise e a reprovação das propostas de Simonsen, esvaziando-se logo em seguida.²³

Vargas, habilmente, conferiu-lhe amplíssimas atribuições quanto ao planejamento econômico, o que fazia dela o *locus* por excelência para o estudo e a organização de qualquer proposta de planejamento econômico. Reforçando a imagem de ser a comissão um passo fundamental para deslanchar um vasto planejamento da economia, Vargas em seu discurso, quando da instalação da CPE, assinalou que a época do *laissez faire* teria sido superada. Seria, assim, imprescindível fortalecer a economia nacional, a única forma de proteger o país da cobiça estrangeira. Este discurso, carregado de nacionalismo, apontava para a industrialização como a saída para o país garantir sua real independência. Desta

²³ DINIZ, Eli C. (1978); DRAIBE, Sônia M. (1985) e CORSI, Francisco L. (1991, p. 183-196).

forma, a CPE foi instalada sob os auspícios de ser um instrumento de grande valia à industrialização do país, assim como justificava-se o envio a ela dos projetos do CNPIC.²⁴

Entretanto, a composição da CPE não correspondia a seus objetivos e às expectativas alvisareiras que gerou. A maioria de seus 19 membros, segundo Eli Diniz, alinhava-se contra o planejamento econômico, isto é, tendia para posições antiintervencionistas. A presença de indivíduos comprometidos com a industrialização, como Edmundo Macedo Soares e Silva e João Daudt, não era suficiente para contrabalançar a corrente defensora do liberalismo econômico liderada por Eugênio Gudin.²⁵

Essa composição não foi fruto do acaso. Setores das classes dominantes contrários ao incremento da industrialização e, também, o próprio Vargas, arquitetaram a constituição da CPE. Segundo Eli Diniz, *"articulava-se à época, junto ao Ministério da Fazenda, outro esquema de governo que (reivindicava) o retorno ao modelo liberal em termos de política econômica"*.²⁶

Parece que Vargas visava barrar a articulação de membros do governo com as lideranças das burguesias industrial e comercial no CNPIC. Isto não porque era contra o avanço da industrialização, mas porque não queria perder o controle da política econômica e, também, porque não podia passar por cima de setores vinculados ao comércio de importação e exportação, à agricultura de exportação e ao capital estrangeiro, defensores de outros rumos para a economia brasileira. A aprovação do projeto do CNPIC significaria, sem dúvida, um estreitamento do poder de Vargas na definição da política econômica, pois esta, além de passar a ser, em boa medida, formulada e delineada no organismo de planejamento, contaria com a interferência do empresariado.²⁷

²⁴ CORSI, Francisco L. (1991, p. 184); DRAIBE, S. M. (1985) e DINIZ, Eli C. (1978).

²⁵ DINIZ, Eli C. (1978, p. 206).

²⁶ DINIZ, Eli C. (1978, p. 206).

²⁷ CORSI, Francisco L. (1991).

A escolha de Eugênio Gudín, economista de tendência liberal e ligado ao capital estrangeiro, como relator do anteprojeto de planejamento do CNPIC, reforça estas colocações. O parecer de Gudín, que veio a público em março de 1945, já em plena desintegração do Estado Novo, tecia críticas mordazes ao relatório de Simonsen. Não se limitava a criticá-lo, propunha uma linha de política econômica pautada no liberalismo. Ou seja, o texto de Gudín era um texto político, visava influenciar e interferir nos embates em torno dos rumos da política econômica.

Gudín não contestava a situação da pobreza e do atraso do país assinalada por Simonsen, mas propunha outros caminhos para solucionar os problemas nacionais. As críticas de Gudín a Simonsen concentravam-se, principalmente, em três pontos considerados chaves, a saber: a determinação do nível de renda nacional, o papel do Estado na economia e a política econômica mais adequada ao país. O primeiro ponto não nos interessa aqui. Centraremos a atenção nos dois últimos.²⁸

O grande esforço de Gudín dirigiu-se no sentido de mostrar que o planejamento econômico seria incompatível com o capitalismo e a democracia; seria a política mais adequada a regimes autoritários. As experiências de planejamento econômico no capitalismo após 1930 teriam fracassado rotundamente, tanto é que teriam sido abandonadas. Para comprovar essa tese, citava vários exemplos, em particular o dos EUA. Mas o argumento mais forte contra as proposições de Simonsen, de uma maior intervenção do Estado na economia, consistia na crítica às concepções corporativas e cartoriais deste.

As críticas de Gudín dirigiam-se sobretudo a um trecho do parecer de Simonsen, o qual dizia: "*o grau de intervencionismo do Estado seria estudado com as várias entidades de classe para que fosse utilizada ao máximo a iniciativa privada e não prejudicasse as atividades já em funcionamento*".²⁹ Esta passagem

²⁸ SIMONSEN, R. & GUDIN, E. (1977) e CORSI, Francisco L. (1991, p. 186-192).

²⁹ SIMONSEN, R. & GUDIN, E. (1977, p. 79).

revelaria o verdadeiro conteúdo das propostas de seu oponente, ao deixar claro a sua visão cartorial e corporativa do Estado, pois a concorrência, um dos aspectos fundamentais do capitalismo, tenderia a ser eliminada, as empresas viveriam sob o guarda-chuva protetor do poder público e a política econômica seria definida por um pequeno grupo a partir de seus interesses particulares. A defesa da intervenção estatal na economia partiria daqueles que se beneficiavam com esta situação, seja porque viviam às custas do gasto público ou porque dependiam das medidas protecionistas adotadas pelo governo.

O argumento, segundo o qual a intervenção do Estado na economia seria necessária devido à carência de capitais, não teria fundamento de acordo com Gudin. O problema não residiria na alegada fragilidade dos capitais nacionais, mas sim no problema de "formação de capitais e sua melhor aplicação". Para contornar este problema caberia ao Estado orientar a aplicação de capitais e fomentar os investimentos sem, contudo, penetrar na esfera de competência da iniciativa privada. Com isso, evitar-se-ia serem os capitais nacional e estrangeiro afugentados. Esta ação do Estado deveria dar-se por meio de subsídios, facilidades creditícias, isenções tributárias, etc.

A carência de poupança interna seria complementada pela entrada de capital externo. Isto implicaria uma política de estabilidade de preços, de estabilidade cambial, de facilidades para remessas ao exterior e o fim da legislação nacionalista em vigor. Gudin era contrário à proposta de Simonsen de empréstimos de governo a governo, como forma de garantir um grande afluxo de capitais para o pós-guerra, pois agindo desta maneira ao invés de atrair capital estaríamos afugentando-no, devido ao receio de um rígido controle dos investimentos por parte do governo brasileiro. A melhor forma de atrair capitais seria criando um clima de confiança e de expectativa de alta lucratividade. Gudin apostava que com a normalização da situação internacional, verificar-se-ia uma nova fase de internacionalização do capital sob o comando das empresas privadas. Neste ponto sua visão mostrou-se mais realista que a de seu oponente.

Gudin achava que a economia brasileira deveria, em boa medida, sustentar-se na agricultura, pois nesta atividade possuíamos condições de competir no mercado mundial, o que não acontecia com a indústria. Discordava daqueles que consideravam que países agrícolas eram necessariamente pobres, citando os exemplos da Austrália, da Nova Zelândia e da Argentina. A questão relevante não era se o país era agrícola ou industrial, mas consistia no nível de produtividade. País agrícola com alta produtividade poderia ser rico.

Contudo, isto não significava que Gudín era contra qualquer desenvolvimento industrial. Achava que existia espaço para a indústria crescer e que o Estado deveria estimular este crescimento através de proteção tarifária, mas as tarifas deveriam proteger a indústria no período de implantação e não deveriam ultrapassar 33%. Com isso esperava um setor industrial mais competitivo que não precisaria viver à sombra de reservas de mercado.

Enfim, Gudín defendia um desenvolvimento econômico baseado na modernização da agricultura, em uma industrialização mais equilibrada com o desenvolvimento agrícola, em uma ampla integração com o capital estrangeiro e na não-intervenção do Estado na economia. Sem dúvida, na sua proposta, as indústrias nacionais teriam um menor espaço de desenvolvimento, embora suas posições não fossem antiindustrialistas.

Com o início da crise do Estado Novo, o parecer de Gudín passou a ser divulgado a partir de março de 1945, o que acabou gerando um debate público a respeito das questões em pauta. A resposta de Simonsen veio à luz em junho, na forma de um livro intitulado "O Planejamento da Economia Brasileira". Gudín respondeu através de uma carta aberta publicada em agosto do mesmo ano, reafirmando as críticas contra Simonsen contidas em seu parecer.³⁰ Os pontos mais importantes desse debate foram o papel do Estado na economia e o relacionamento com o capital estrangeiro.

³⁰ SIMONSEN, R. & GUDIN, E. (1977).

Em relação ao primeiro ponto, Simonsen procurou desvincular o planejamento econômico do regime autoritário então em crise. Vínculo que Gudin não tinha medido esforços em estabelecer. Simonsen argumentava ser o planejamento uma técnica neutra, podendo ser utilizada por qualquer regime político, portanto, compatível com a democracia. A intervenção do Estado na economia seria um fato irreversível no capitalismo moderno. O problema relevante consistiria na maneira de equacioná-la. O Estado não deveria penetrar nos setores dominados pela iniciativa privada ou naqueles em que esta apresentasse condições de assumir, mas deveria ampará-la amplamente. Esta questão adquiria maior complexidade no Brasil porque o empresariado, devido à escassez de capitais, não teria condições de desenvolver alguns setores importantes para o crescimento econômico e para a melhoria do nível de vida do povo. Nestas circunstâncias caberia ao Estado assumir estes setores.

Isto não significaria favorecer os setores e os grupos já instalados, como asseverava Gudin. Este teria deturpado as idéias de Simonsen, tentando identificar planejamento com favores e privilégios de toda sorte a um limitado grupo em detrimento do conjunto da sociedade. Ou seja, Simonsen procurava desvincular sua proposta das concepções corporativas e cartoriais do Estado e reafirmava o caráter democrático do planejamento. Operação difícil, dado que, de acordo com seu esquema de planejamento, a política econômica seria definida em um órgão corporativo, no qual estariam presentes apenas representantes do governo e do empresariado.

No tocante à participação do capital estrangeiro, Simonsen reafirmava sua posição. Um empréstimo de governo a governo, como o proposto para financiar o grosso do programa de desenvolvimento, não desestimularia as inversões diretas como argumentava Gudin. Pelo contrário, avaliava que os investimentos estrangeiros tenderiam a aumentar, pois o capital estrangeiro fluiria em maior volume com acelerado crescimento do país.

O fato de Simonsen defender um empréstimo de governo a governo, apesar de não ser contra as inversões diretas, denota que no seu projeto de desenvolvimento econômico a empresa nacional e o Estado teriam papel privilegiado. O maior espaço para as empresas nacionais decorreria do fato de estarem protegidas da concorrência direta de empresas estrangeiras, via de regra melhor capacitadas em termos financeiros e tecnológicos. Além disso, o empréstimo de governo a governo asseguraria um maior grau de autonomia ao Brasil, evitando que setores considerados estratégicos fossem diretamente controlados pelo capital estrangeiro.

Enfim, os dois projetos esboçados por Gudin e Simonsen eram bastante diferentes. O projeto do primeiro, baseado na não-intervenção do Estado na economia, no predomínio da agricultura, na irrestrita participação do capital estrangeiro, em uma industrialização mais restrita e em uma política livre cambista, propunha uma ampla internacionalização da economia como caminho para o desenvolvimento. O do segundo, baseado em uma política industrializante, em uma larga intervenção do Estado na economia, em uma política protecionista e no predomínio da empresa nacional, defendia uma via nacionalista de desenvolvimento, sem, contudo, defender a autarquia econômica ou o rompimento com o capital estrangeiro. Pelo contrário, o capital estrangeiro teria um papel decisivo no salto industrializante, financiando-o. Era nacionalista no sentido de procurar assegurar o controle de setores estratégicos e de conferir maior espaço à empresa nacional, o que implicava que a política econômica fosse determinada fundamentalmente a partir de interesses internos.

6 O I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA E A CONFERÊNCIA DE TERESÓPOLIS

As disputas em torno da definição da política econômica, se tiveram no debate Simonsen *versus* Gudin um de seus momentos mais altos, de forma alguma a eles se limitaram. Desde o I Congresso de Economia as lideranças empresariais e os setores do governo pró-industrialização vinham, como vimos, tentando costurar um arco de forças com o objetivo de aprofundar a política industrializante do governo Vargas. De maneira não tão evidente, também articularam-se as forças contrárias a um aprofundamento da industrialização. O torpedeamento da proposta de planejamento de Simonsen na CPE mostrou o poder desses setores.

A partir de outubro de 1944, quando a proposta do CNPIC foi encaminhada à Presidência da República, os setores a ela vinculados procuraram intensificar suas ações no sentido de sua aprovação. A liderança da burguesia industrial, visando dar respaldo a essas propostas e, ao mesmo tempo, dar mais um passo no sentido de procurar costurar a unidade dos setores emergentes com a industrialização em torno da proposta de planejamento econômico, organizou o I Congresso da Indústria que se realizou na cidade de São Paulo em dezembro de 1944. O evento contou com a presença maciça das associações de classe ligadas a indústria e a de vários órgãos estatais.

A CNI e a FIESP procuraram transformar o Congresso em um evento de repercussão nacional. Em sua abertura estiveram presentes Vargas, os ministros Souza Costa e Marcondes Filho, o interventor Fernando Costa e muitas outras autoridades. A tônica dos discursos dos industriais consistia na necessidade de definir uma política econômica para o pós-guerra, em vista dos problemas enfrentados pelo país e do fim próximo do conflito mundial. Simonsen, provavelmente, respondendo, de maneira velada, críticas ao projeto do CNPIC, frisou que os industriais não pleiteavam favores, buscavam defender os legítimos

interesses do país. Isto, porém, implicaria estabelecer clara política industrializante.³¹

Um levantamento das atas do Congresso mostra que as discussões, em grau muito maior que no I Congresso Brasileiro de Economia, voltaram-se para questões mais específicas, tais como preparação de técnicos e engenheiros, organização do trabalho, formas de aumentar a produtividade, etc. A própria existência de uma comissão para a indústria de fibras exemplifica o que acabamos de dizer. Isto em certo sentido frustrou a liderança industrial, que esperava a definição de uma política industrial abrangente.

A respeito das questões gerais, as discussões ficaram centradas no problema do planejamento econômico, das políticas monetária e fiscal e do capital estrangeiro. Em relação ao primeiro ponto, o Congresso da Indústria aprovou as conclusões do CNPIC, preocupando-se em precisar a atuação do Estado na economia, que era definida em três níveis: *"supletiva, cabendo a interferência para assegurar os bens gerais e permanentes da coletividade; planificadora, no sentido de articular nacionalmente as forças produtoras a fim de se atingir o levantamento geral do nível de vida; e auxiliadora, para a concessão de facilidades que incentivem a produção"*.

No tocante às políticas monetária e fiscal, o centro das discussões foi a tese "A Evolução dos Preços e a Indústria Nacional" de Otávio Gouveia de Bulhões. Bulhões defendia a adoção de uma política recessiva com o objetivo de diminuir a aceleração da inflação através do controle de crédito, da diminuição da liquidez e da redução do gasto público. Esta tese foi duramente criticada pelos industriais, que defendiam uma política monetária e fiscal subordinada, à manutenção do crescimento econômico. Para estes o problema da inflação residia na falta de produção e não no excesso de demanda.³²

³¹ CORSI, Francisco L. (1991, p. 197-198).

³² CORSI, Francisco L. (1991, p. 200).

As resoluções do Congresso da Indústria reafirmavam a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país. O capital externo deveria ter um tratamento equitativo ao nacional, com as mesmas garantias que a lei dá aos capitais nativos, mas não poderia pleitear monopólios ou privilégios de qualquer ordem. Observa-se uma mudança de postura em relação ao I Congresso de Economia. Neste evento existia uma forte preocupação em delimitar áreas de atuação para os capitais nacional e estrangeiro, enquanto que um ano depois já se falava em tratamento equitativo. Parece que, à medida que chegamos mais perto do final do conflito mundial, a burguesia vai adotando posição de defesa de uma economia mais aberta ao capital estrangeiro.

Não obstante o I Congresso da Indústria não ter avançado na definição de uma política econômica, o clima geral era de otimismo quanto ao futuro da industrialização. Jurandir Pires Ferreira, relator de uma das comissões do Congresso, assinalou em seu relatório: *"Talvez nunca em nossa história tivéssemos tão promissor ensejo de nos industrializarmos"*.³³

O Congresso da Indústria foi duramente criticado. Na verdade, desde fins de 1944 vinham aparecendo na imprensa artigos criticando a indústria, o planejamento econômico e a reivindicação dos industriais de uma política tarifária protecionista, críticas essas intensificadas a partir do Congresso. O principal veículo dessas críticas foi a revista "O Observador Econômico e Financeiro" de propriedade de Valentin Bouças. O ataque mais importante veio do próprio Bouças através de discurso proferido na cidade de Ribeirão Preto: *"li agora com surpresa e estupefação que, nos debates do Congresso da Indústria ora reunido em São Paulo, recomendava-se o aumento das tarifas alfandegárias, o que representa, sem dúvida, mais uma barreira que se levanta para reforçar a defesa do interesse industrial em detrimento da vida do povo (...) é condenável procurar sustentar, através de tarifas e de favores protecionistas adequados, esses preços*

³³ CORSI, Francisco L. (1991, p. 199).

altos do custo das utilidades (...) Nunca no Brasil foi tão imperiosa a necessidade de desenvolver a produção agrícola (...) Devemos lançar corajosamente o brado de volta à terra".³⁴

O pronunciamento de Bouças tinha um certo peso, pois era personagem importante do governo Vargas, ocupando vários cargos na administração federal (Secretário do Conselho de Economia e Finanças, diretor executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington e membro da Comissão de Planejamento Econômico), além de ser um dos principais homens de negócios do Brasil à época. Ligado ao capital estrangeiro, seus interesses estavam relacionados ao setor de serviços e à indústria.

As posições dos setores contrários à industrialização, expressas de forma lapidar por Gudin e Bouças, fortaleceram-se à medida que a guerra chegava ao fim. Em nível internacional disseminou-se, neste período, a convicção segundo a qual o livre cambismo seria a melhor forma de organizar a economia mundial. Bretton Woods e outras conferências internacionais acerca da ordem econômica no pós-guerra aprovaram como um de seus princípios básicos o livre comércio. Esta conjuntura não deixou de influenciar as discussões no Brasil.

As questões trazidas à baila pela reorganização da economia mundial mexiam com interesses vitais dos setores pró-industrialização. As políticas tarifária e comercial, sem dúvida, apareciam-lhes como fundamental, pois avaliavam que a industrialização brasileira só teria continuidade se fosse adotada uma rígida política de proteção contra a concorrência externa. Esses setores temiam que uma ampla abertura comercial arruinasse com seus negócios. Desta forma continuavam se articulando em prol de uma política industrializante.

Em maio de 1945, já em pleno processo de abertura política, realizou-se a Conferência de Teresópolis. Mais uma vez as lideranças empresariais procuravam a unidade das classes dominantes em torno da política econômica

³⁴ CORSI, Francisco L. (1991, p. 202).

industrializante. Participaram da conferência cerca de 550 entidades patronais. Apesar de melhor representado do que no I Congresso de Economia, o setor agrícola era minoritário e as entidades ligadas ao comércio e à indústria dominaram o evento.

A "Carta Econômica de Teresópolis", documento final da Conferência, estabelecia como prioridade do país o desenvolvimento econômico calcado na industrialização, só assim seria superada a situação de miséria em que vivia a maioria do povo brasileiro. Pregava-se uma política industrializante em nome do interesse geral. O papel do Estado na economia, o planejamento econômico, as políticas tarifária, comercial, monetária e fiscal e a relação com o capital estrangeiro continuaram a ocupar o centro dos debates.

No que diz respeito à ação do Estado na economia não se observa mudança na postura definida nos outros encontros. O Estado deveria ter uma ação supletiva à iniciativa privada, podendo, porém, intervir diretamente na economia em setores que a empresa privada não tivesse condições de assumir. Apesar de admitir um largo planejamento da atividade econômica, este não ocupava o centro das propostas do empresariado, como até pouco tempo antes. Além disso, a ênfase do planejamento era dada à "articulação nacional das forças produtoras" e não à ação direta do Estado na vida econômica. A perda de terreno da proposta de planejamento pode ser associada a três fatos: a rejeição do projeto do CNPIC na CPE; o avanço das idéias liberais, que identificavam o planejamento com o regime em dissolução e com o comunismo; e a presença mais significativa na Conferência de setores não identificados com a industrialização.

As discussões da política tarifária e da política comercial foram bastante polêmicas, mas preponderou o pensamento da burguesia industrial de uma larga proteção à indústria nacional. A política comercial deveria subordinar-se ao interesse nacional, leia-se à industrialização. Defendia-se uma política de controle de importações que deveria ser paulatinamente relaxada. A concessão de licenças de importações deveria pautar-se pelas necessidades de reequipamento da

indústria, dos transportes e pelo desenvolvimento da agricultura e da mineração. O controle de importações destinava-se a impedir que uma enxurrada de importações viesse concorrer com a indústria nacional no pós-guerra e, ao mesmo tempo, a assegurar que as divisas acumuladas nos anos de conflito fossem utilizadas para reequipar o parque industrial.

Esta posição de proteção à indústria nacional não significava, contudo, uma postura hostil ao capital estrangeiro. A linha seguida em relação a este ponto era basicamente a mesma definida nos outros encontros. Recomendava-se uma política que estimulasse seu ingresso, pois sua participação na economia nacional, como já mencionamos, era considerada fundamental, desde que, porém, viesse contribuir para o desenvolvimento do país. Advogava-se, também, a participação de capitais externos de forma minoritária nos setores de mineração e de energia elétrica. O capital aplicado de acordo com essas diretrizes deveria ter o mesmo tratamento dispensado ao capital nacional e facilidades, respeitadas as condições financeiras do Brasil para remeter juros e lucros ao exterior.

Em linhas gerais, a Conferência de Teresopólis propunha os pontos básicos para uma política voltada para o crescimento acelerado da economia. As suas propostas procuravam atacar os principais problemas que obstaculizavam o avanço da industrialização, porém isso não quer dizer que suas propostas limitavam-se ao setor industrial. Pelo contrário, abarcavam o conjunto da economia, onde a industrialização era considerada em suas múltiplas relações e implicações. A opção pelo desenvolvimento ficava evidente quando recomendava, expressamente, por exemplo, a subordinação da política monetária ao crescimento econômico.

Enfim, a partir de 1943 esboçaram-se paulatinamente dois projetos de desenvolvimento econômico. De um lado, os setores emergentes com a mudança do eixo da acumulação para a indústria, compostos de facções das burguesias industrial e comercial. Estes setores procuraram, como tentamos mostrar, costurar no CNPIC um amplo programa industrializante e a definição de

mecanismos institucionais que lhes permitissem determinar diretamente a política econômica. Defendiam um modelo de desenvolvimento caracterizado pelas ações direta e indireta do Estado na economia, pelo protecionismo alfandegário, pelo planejamento econômico, pela expansão do crédito, pelo financiamento da industrialização por meio de empréstimos externos e pela ausência de uma política de gastos sociais e de distribuição da renda. É a partir dessa perspectiva que temos que olhar a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Economia, do Congresso da Indústria e da Conferência de Teresópolis. Estes eventos não foram casuais: foram articulados para dar sustentação às propostas em elaboração no CNPIC e tentar unificar amplos setores em torno delas.

De outro lado, um projeto congregando setores das burguesias comercial, agrária e setores vinculados ao capital estrangeiro, defendendo um desenvolvimento econômico calcado na não-intervenção do Estado na economia, no livre cambismo e em um crescimento mais equilibrado entre agricultura e indústria. Como o outro projeto, este também não contemplava uma política de gastos sociais e de distribuição da renda.

Espremido entre esses dois projetos de um lado e de outro por pressões pela democratização do país, tinha Vargas seu espaço de manobra limitado. O fato de sua política econômica estar intimamente vinculada à industrialização entrelaçava as lutas em torno dos rumos da economia com a questão da democracia. Do ponto de vista das classes dominantes importava definir quem controlaria o processo de transição e quais seriam os rumos da economia no pós-guerra. A segunda questão dependia de como fosse encaminhada a primeira, pois em linhas gerais as diferentes propostas de transição "pelo alto" correspondiam a distintos projetos para a economia brasileira. Mais especificamente dois projetos de transição estavam em confronto. De um lado, a oposição liberal, propondo uma democracia liberal e um modelo de desenvolvimento calcado em uma política econômica liberal. De outro lado, os setores dominantes que apoiavam Vargas, propondo apenas uma abertura democrática no regime e a continuidade da política

de industrialização do país. Portanto, as disputas em torno dos rumos da economia estavam no centro dos acontecimentos que marcaram o final do Estado Novo. Estas disputas continuaram após o fim deste e desdobraram-se, adquirindo novas conotações.

Esses debates, em particular a polêmica entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, parecem ser emblemáticos da história econômica recente do Brasil. Várias das questões centrais discutidas continuam bastante relevantes ainda hoje, embora colocadas em um outro contexto histórico. Rememorar esses debates de quase meio século talvez contribua para entendermos melhor os impasses da economia brasileira na atualidade.

Abstract

This article consists on a trial to rescue the rules of the social classes in the definition of the economic politic. We'll discuss the projects made for the Brazilian economy in the later Estado Novo. In a moment of domestic policy crisis and redefinition of the international order, the social classes would be obliged to take position about the ways of economy. The rules of the State in domestic economy, the relation with the foreign capital, the problem of the free trade, the financing of development and the adoption of a clear industrial politics were the essential questions of the debate on those days. We'll examine these questions in this paper.

BIBLIOGRAFIA

- A PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL (1945). "Estudos e anteprojeto pelo Conselho Nacional de Política Comercial e Industrial". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- CARONE, Edgard (1976) O Estado Novo. Rio de Janeiro, Difel.
- CHAUI, Marilena de S. e FRANCO, Maria S. (1978) Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Cedec.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA I (1943). Mauá, Rio de Janeiro.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA I (1944-46). Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, v. 2 e 3.
- CORSI, Francisco L. (1991) Os rumos da economia brasileira no final do Estado Novo (1942-1945). Dissertação de mestrado, Campinas, IE/UNICAMP.
- DRAIBE, Sônia M. (1985) Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DINIZ, Eli C. (1978) Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FONSECA, Pedro César Dutra (1987) Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo, Brasiliense.
- LICHTLENSZTEIN, Samuel e BAER, Mônica (1987) Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo, Brasiliense.
- MALAN, P. *et al.* (1977) Política, economia externa e industrialização do Brasil: 1939-1952. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- MOURA, Gerson (1980) Autonomia na dependência: a política externa brasileira (1935-1942). Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

OLIVEIRA, Francisco de. (1981) A economia brasileira: crítica de razão dualista. 4 ed., Petrópolis, Vozes/CEBRAP.

SIMONSEN, R. C. e GUDIN, E. (1977) A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

TEXTO PARA DISCUSSÃO. IE/UNICAMP

Fazem parte desta Série:

- n. 1 COUTINHO, Maurício. **Marx - reprodução do capital.** jul./91. (esgotado).
- n. 2 COSTA, Fernando Nogueira da. **A formação da taxa de juros no Brasil.** set./91.(esgotado).
- n. 3 SERRA, José & AFONSO, José Roberto R. **As finanças públicas municipais: trajetórias e mitos.** out./91. (esgotado).
- n. 4 COSTA, Fernando Nogueira da. **Política de câmbio e juros vs. dolarização programada e Banco Central independente.** jan./92. (esgotado).
- n. 5 SUZIGAN, Wilson. **A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial.** fev./92. 2a. ed. (esgotado).
- n. 6 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. **Mudança técnica e concorrência: um arcabouço evolucionista.** abr./92.
- n. 7 POSSAS, Maria Sílvia. **Aprendendo com os clássicos: notas sobre valor e capitalismo.** abr./92.
- n. 8 KAGEYAMA, Angela Antonia. **O emprego agrícola em 1985: análise preliminar.** maio/92.
- n. 9 POSSAS, Mario Luiz. **Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais.** jun./92. (esgotado).
- n. 10 MACHADO, João Bosco Mesquita & ARAÚJO JR., José Tavares de. **Impacto das políticas comercial e cambial sobre o padrão de comércio internacional dos países da ALADI: o caso do Brasil.** jul./92. (esgotado).
- n. 11 COSTA, Fernando Nogueira da. **(Im)Propriedades da Moeda.** out./92.
- n. 12 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. **Ajustamento estrutural e orientação exportadora: sobre as lições da Coréia do Sul e do México.** out./92. (esgotado).
- n. 13 SUZIGAN, Wilson. **Política comercial e perspectivas da indústria brasileira.** dez./92. (esgotado).

- n. 14 SOTO B., Fernando. Da indústria do papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporatismo tradicional ao neocorporatismo. jan./93. (esgotado).
- n. 15 BAPTISTA, Margarida; FAJNZYLBBER, Pablo; PONDÉ, João Luiz. Os impactos da nova política industrial nas estratégias competitivas das empresas líderes da indústria brasileira de informática: a falsa "modernidade" e os limites da competitividade internacional. jan./93. (esgotado).
- n. 16 NEGRI, Barjas. Urbanização e demanda de recursos hídricos na Bacia do Rio Piracicaba no Estado de São Paulo. mar./93.
- n. 17 POSSAS, Mario Luiz. O conceito de concorrência em Marshall: uma perspectiva schumpeteriana. abr./93. (esgotado).
- n. 18 COUTINHO, Mauricio Chalfin. Marx e os preços de produção. abr./93. (esgotado).
- n. 19 COSTA, Fernando Nogueira da. Inovações financeiras e política monetária. abr./93.
- n. 20 LEAL, João Paulo Garcia. Evolução do comércio exterior sul-coreano de manufaturas segundo suas vantagens comparativas reveladas: 1981-1988. maio/93.
- n. 21 OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. A desordem fiscal e os caminhos para uma nova reforma do sistema tributário. maio/93.
- n. 22 MACEDO E SILVA, Antonio Carlos. Keynes's economics and the search for a new economic theory: the "equilibrium trap". jun./93.
- n. 23 NEGRI, Barjas. A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). jul./93.
- n. 24 CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. jul./93. (esgotado).
- n. 25 DEQUECH FILHO, David. Salários e absorção de mão-de-obra no Brasil: um exame a partir das regiões metropolitanas. jul./93.
- n. 26 LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. Crise de financiamento dos governos estaduais (1980/1988). ago./93.
- n. 27 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. Investimento direto externo e reestruturação industrial. ago./93. (esgotado).

- n. 28 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. Technological change and late industrialization: lessons from a post keynesian evolutionary approach. set./93.
- n. 29 DEDECCA, Cláudio Salvadori e MONTAGNER, Paula. Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho. Considerações sobre o caso brasileiro. out./93.
- n. 30 LIMA, Gilberto Tadeu. Taxonomy of production economies and monetary determination of effective demand: a puzzle in Keynes'economics. out./93.
- n. 31 BIASOTO JUNIOR, Geraldo. Tributação: princípios, evolução e tendências recentes. nov./93.
- n. 32 CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra. nov./93.
- n. 33 SUZIGAN, Wilson & SZMRECSÁNYI, Tamás. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil. jan./94.
- n. 34 REYDON, Bastiaan Philip. A especulação com terras agrícolas: uma interpretação a partir de um referencial teórico pós-keynesiano. jan./94.
- n. 35 BELIK, Walter. Um estudo sobre o financiamento da política agroindustrial no Brasil (1965-87). abr./94.
- n. 36 HIGACHI, Hermes Yukio. Estratégias das empresas líderes na indústria brasileira do papel. maio/94.
- n. 37 COUTINHO, Mauricio Chalfin. Marx e a economia política clássica: trabalho e propriedade. maio/94.
- n. 38 PONDÉ, João Luiz S. P. de Souza. Coordenação, custos de transação e inovações institucionais. jul./94.
- n. 39 CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Uma visão crítica da teoria da repressão financeira. jul./94.
- n. 40 MATIJASCIC, Milko. Fundos de pensão e rearticulação da economia brasileira. jul./94.